

REFLEXÕES SOBRE AS RELAÇÕES ÉTNICOS RACIAIS: ESCOLA E BRANQUITUDE

REFLECTIONS ON RACE ETHNIC RELATIONS: SCHOOL AND WHITENESS

Gabriela Nobre Bins¹

Lisandra Oliveira e Silva²

Leticia Gomes Farias³

RESUMO

O presente artigo, fruto de uma Tese de Doutorado e de diálogos entre professoras da Educação Básica e do Ensino Superior, da cidade de Porto Alegre/RS, apresenta reflexões sobre o conceito de branquitude e como este se reflete no cotidiano da escola. A partir do diálogo com a literatura sobre o tema e das respostas de professores e professoras a um questionário, refletimos acerca do conceito de branquitude e do porquê silenciarmos a discussão a o respeito dessa identidade racial na escola. O artigo discute como operam os privilégios raciais, simbólicos e materiais que os sujeitos brancos detêm no interior das dinâmicas da escola e como isso vai perpetuando as hierarquias na sociedade.

Palavras-chaves: Branquitude; escola; relações étnico raciais.

ABSTRACT

This article, derived from a Doctoral Thesis and informed by discussions among educators in both Basic and Higher Education in Porto Alegre/RS, offers insights into the concept of whiteness and its manifestations in the daily life of schools. Through dialogue with relevant literature and the responses gathered from educators through a questionnaire, we contemplate the concept of whiteness and explore the reasons behind the prevailing silence on discussions about this racial identity within educational institutions. The article delves into the functioning of

¹ Doutora e Mestra em Ciência do Movimento Humano, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCMH/UFRGS). Professora da Rede Municipal de Porto Alegre, Pós doutoranda no PPGCMH/UFRGS. e-mail: ganobre@hotmail.com.

² Doutora e Mestra em Ciência do Movimento Humano, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCMH/UFRGS). Docente do Curso de Licenciatura em Educação Física da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança da UFRGS. e-mail: lisgba@yahoo.com.br.

³ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação (PGEDU/UFRGS). Professora da Rede Municipal de Porto Alegre. e-mail: superleticiaprofessora@gmail.com.

racial, symbolic, and material privileges held by white individuals within the dynamics of the school and how these dynamics contribute to the perpetuation of societal hierarchies.

Keywords: Whiteness; school; ethnic-racial relations.

CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS

Da segunda metade do século passado e início deste que nos toca viver, a escola tem sido alvo de inúmeras críticas e diferentes proposições para superar suas deficiências, contradições e “correção” de finalidades. Nesse sentido, existe um reconhecido volume teórico de natureza crítica e explicativa sobre o papel da instituição escolar e sua contribuição para a democratização social e pedagógica, entre elas: Teoria da Reprodução (Bourdieu; Passeron, 1976), da Correspondência (Bowles; Gintis, 1985), dos Aparelhos Ideológicos do Estado (Althusser, 1977) e tantas outras. Destacam-se as obras de autores e autoras progressistas, entre eles e elas, os textos de Paulo Freire (1979, 1983, 1992, 1994) e os trabalhos, não menos críticos e progressistas, de Demerval Saviani (1986, 1989), ambos com fortes contribuições à democratização e equidade na Escola Pública (Libâneo, 1986). É na escola que estudantes, professores e professoras, quando conscientes da realidade elevam seu nível de conscientização sobre o que fazem nas escolas e agem socialmente, transformando-a, no mínimo reformando-a. De outro modo, Giroux (1990) sublinha que na escola, como espaço privilegiado para o debate e a reflexão crítica, convivem diferentes concepções pedagógicas, filosóficas e ideológicas, com frequência antagônicas, como as questões de gênero, de classe social e das relações étnico-raciais.

Dito isso, perguntamos: por que abordar o tema da branquitude na escola? Porque é preciso reconhecer os privilégios que a identidade racial branca confere as pessoas e reconhecer que vivemos em uma sociedade extremamente racista e sexista. Como já disse Ângela Davis⁴, não basta só não ser racista, precisamos ser antirracistas. Pesquisar, praticar, ensinar e aprender,

⁴ Intelectual negra, feminista norte-americana, professora e filósofa, foi integrante do grupo Panteras Negras e é conhecida pela sua militância pelos direitos das mulheres e contra a discriminação social e racial.

e falar sobre uma educação antirracista é tarefa para todos/as que habitam o ambiente escolar e fora deste.

Atentas à necessidade de pensarmos a escola contemporânea em toda sua diversidade, a partir de múltiplos olhares, e de que o lugar social e a experiência vivida por cada uma vão formando as lentes pelas quais vivemos e vemos o mundo, escrevemos esse artigo. Nossa experiência reside no trabalho docente na Educação Básica em uma escola pública da rede municipal de Porto Alegre e em outros ambientes educacionais. Assim, nossos múltiplos olhares ressaltam a importância de que, na escola, nossas alunas e nossos alunos tenham contato com diferentes visões de mundo e de culturas. Isto reafirma também a importância da presença de professoras e professores negros e negras na escola, não só como representatividade para as crianças e adolescentes negros e negras, mas como possibilidade de diálogo intercultural para todos e todas, professoras e professores brancos e brancas, do mesmo modo para as alunas e os alunos.

1. BRANQUITUDE – CONCEITOS E IMPLICAÇÕES

13

O presente texto é decorrência da pesquisa de doutorado de uma das autoras, dos diálogos entre as autoras e das respostas a um questionário direcionado a professoras e professores da escola no qual duas das autoras trabalham. No intuito de aprofundarmos as reflexões iniciadas na tese e nos nossos diálogos, elaboramos um questionário através do *google forms* que foi enviado a todo o corpo docente da escola, um total de 85 professoras e professores. Destes, apenas 30 não retornaram os questionários. Obtivemos, assim, um total de 65% de questionários respondidos, um percentual acima da média, sugerido pela literatura (Thiollent, 1987)⁵. Tomamos o cuidado, segundo o autor, de ter em mente que:

No estudo sociológico de qualquer problema social, cultural ou político, sempre devemos considerar que o próprio sociólogo, é um de seus componentes. A pesquisa sociológica, por razão de sua natureza estabelece

⁵ Em sua obra, acima citada, Michel Thiollent (1987) estabelece críticas consistentes ao empiricismo, a pretensa neutralidade e a objetividade científica e relação autoritária entre sujeito e objeto de investigação.

um relacionamento complexo entre, de um lado, o mundo dos sociólogos, dos intelectuais, das elites, dos membros da classe média e, por outro lado, o mundo dos leigos, dos operários, dos camponeses, dos favelados, etc. (Thiollent, 1987, p. 47).

Para esse autor o relacionamento mencionado resulta, em termos culturais, na representação do mundo dos outros e em termos intersubjetivos, como relações concretas de investigação de campo. Para ele, questionários e entrevistas são os meios técnicos apropriados para esse relacionamento.

Em razão disso, é que precisamos refletir acerca do conceito de branquitude e do porquê silenciarmos a discussão a respeito dessa identidade racial na escola. Essa é uma responsabilidade que todas professoras e professores, mas em especial as professoras brancas/os precisam assumir. Em uma entrevista ao *site* Alma Preta, em março de 2020, a escritora Conceição Evaristo (2020) destacou: “as pessoas brancas, no entanto, devem estar cientes de suas responsabilidades e entender que não estão fazendo nenhum favor”. Na sociedade em que vivemos existe um ideal de pessoa para você ser, esse ideal é o homem branco e colonizador. Esse ser ideal torna os outros seres objetos ocupando lugares de poder e subalternizando os outros. Precisamos entender como esse lugar social do “branco” foi construído para podermos reconstruí-lo e recriarmos esse “ser ideal” (que não seria mais um ser, mas sim, diversos seres com diversas formas de estar e de pensar o mundo) para podermos construir outro projeto de sociedade. Lilian Pacheco, nos encontros de formação da Pedagogia Griô⁶, resalta com frequência como é importante entendermos como foi construído o lugar social da branquitude para podermos desconstruí-lo.

Segundo Munanga (2017, p. 10), “paralelamente à negritude, pouco se escreveu sobre a Branquitude na literatura brasileira. É como se a consciência de ser branco não existisse no Brasil por causa da mestiçagem”. Encontramos diversos trabalhos investigando o ser negro no Brasil, a negritude e seus desdobramentos, porém um número bem menor de estudos referente ao branco enquanto identidade étnico-racial. Podemos destacar como precursores dos estudos

⁶ Pedagogia Griô é uma pedagogia sistematizada pela educadora Lillian Pacheco e Márcio Caires, objeto da tese de uma das autoras e uma formação que duas das autoras fizeram nos anos de 2018 e 2019. Participamos dos encontros da formação em Pedagogia Griô de 2017 a 2021.

sobre a branquitude⁷ intelectuais que explicitavam os impactos da colonialidade nas sociedades marcadas pelo colonialismo europeu. Intelectuais como W. E. Du Bois (1920; 1935), Frantz Fanon (1952), Albert Memmi (1957), Steve Biko (1978) e Alberto Guerreiro Ramos (1957), já apontavam a importância de se analisar o papel da identidade branca nessas sociedades.

Entre os autores que se debruçaram para pesquisar a branquitude estão Muller e Cardoso (2017). Para eles, a branquitude pode ser entendida como,

[...] pertença étnico-racial atribuída ao branco. Podemos entendê-la como o lugar mais elevado da hierarquia racial, um poder de classificar os outros como não brancos, dessa forma, significa ser menos do que ele. Ser branco se expressa na corporeidade, isto é, a brancura, e vai além do fenótipo. Ser branco consiste em ser proprietário de privilégios raciais simbólicos e materiais (Muller; Cardoso, 2017, p. 13).

Para Silva (2017), a branquitude é um constructo ideológico que nasceu no contexto da colonização europeia. A branquitude “é um constructo ideológico, no qual o branco se vê e classifica os não brancos a partir de seu ponto de vista” (Silva, 2017, p. 27). Para a autora, branquitude no Brasil é um lugar de fala que envolve relações socioeconômicas, socioculturais e psíquicas. Um lugar de fala do alto do seu privilégio.

Miranda (2017), por sua vez, define a branquitude como um *habitus* racial, uma expressão do racismo. Segundo o autor, branquitude seria “um sistema de pensamentos e comportamentos condicionados, individuais e coletivos, que outorga duradouros privilégios – simbólicos e materiais – para as pessoas de fenótipo branco” (Miranda, 2017, p. 65). Em nosso ponto de vista o silenciamento sobre a discussão de branquitude significa a interveniência da naturalização e a universalização de conceitos no marco do racismo estrutural.

⁷ Para maior aprofundamento sobre histórico dos estudos sobre branquitude, ver: Cardoso, L. **O branco “invisível”**: um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil (período: 1957 – 2007). 232f. 2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Economia e Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2008.

Nas escolas, ainda que hoje já se tenha uma tímida mudança por reflexo da lei 10.639/03⁸, o que nós temos como referencial na história e nas demais disciplinas é um referencial branco e eurocentrado. O padrão de beleza e estética ainda é o padrão branco. E o lugar de fala privilegiado ainda é o do professor/a branco/a. Na escola onde trabalhamos, somos 85 professoras/es, dessas/es 11 são negras/os. Um percentual até alto comparado com outras escolas onde já trabalhamos, mas muito baixo se comparado com o percentual de alunas e de alunos da escola e com o percentual da população brasileira. Dentro da equipe pedagógica da escola, temos apenas uma professora negra, que está constantemente se esforçando na busca pela perfeição porque, sobre ela, a cobrança parece ser sempre maior, ou seja, o racismo institucional⁹ é tão forte e despercebido pela maioria das colegas (até negado por outras) que parece que ela sente sempre estar devendo algo, mesmo fazendo um trabalho significativo. Nesse sentido, destacamos as estratégias de sobrevivência ao racismo, que são aprendizagens feitas desde muito cedo pelas pessoas negras:

Existem algumas estratégias de sobrevivência ao racismo. Em geral, não só ao racismo institucional, e que são perpassadas assim desde sempre e, uma óbvia que a gente ouve desde sempre é essa de que tu tens que ser três vezes melhor. A gente ouve isso desde cedo, é interessante porque eu sempre pensei que a minha mãe que era muito inteligente e me dizia isso, mas hoje eu percebo que não, que isso é muito mais, é uma cultura, é uma questão cultural mesmo. Acho que a população negra criou uma série de estratégias pra sobreviver, compreendeu como o sistema funcionava e o que a gente precisava fazer para ultrapassar alguns obstáculos, pelo menos os obstáculos que são possíveis de serem ultrapassados, e essa é uma das estratégias que é passada desde sempre: tu tens que fazer 3 vezes melhor. Não te é dado o direito de sofrer nem reclamar por isso, a gente aprende a lidar bem com isso... Acho que gerou uma pedagogia até de enfrentamento, seria interessante fazer um

⁸ Lei que institui, no ano de 2003 a obrigatoriedade do estudo da história e cultura africana e afro brasileira e que foi modificada, em 2006, pela Lei nº 11.645/06, incluindo também o estudo das questões indígenas.

⁹ O conceito de Racismo Institucional foi definido pelos ativistas integrantes do grupo Panteras Negras, Stokely Carmichael e Charles Hamilton, em 1967, para especificar como se manifesta o racismo nas estruturas de organização da sociedade e nas instituições. Para os autores, “trata-se da falha coletiva de uma organização em prover um serviço apropriado e profissional às pessoas por causa de sua cor, cultura ou origem étnica”. Ver: <https://racismo institucional.geledes.org.br/o-que-e-racismo-institucional>.

mapeamento dessa pedagogia de enfrentamento que é a educação, que nos fez chegar até aqui (trecho entrevista professora Janaina¹⁰, 11/11/2019).

Essas estratégias não são evidentes a todas as pessoas, é uma questão sutil que as pessoas brancas não percebem. Em nossa escola, certa vez, a diretora narrou sobre uma menina negra que disse para ela que, de todas as mulheres da equipe, a professora negra era a mais mal arrumada. A diretora se surpreendeu porque ela não acha que essa professora fosse a mais mal arrumada, então comentou porque achou que a menina não gostasse da tal professora. A diretora, uma mulher branca, não entendeu a lógica: para a professora referida, uma mulher negra, não bastava estar no mesmo nível das outras professoras da equipe, todas brancas. Para ela estar nesse espaço ela teria que se sobressair muito mais; essa criança já tem a compreensão, de que uma mulher negra, ali, ocupando aquele espaço, deveria estar mais preparada, tais bem arrumada, mais bem vestida, para que fosse considerada igual às mulheres brancas que estão naquele lugar.

Essa fala deve fazer as professoras brancas pensarem em como não precisam se preocupar em ser melhor. Crescer sem essa pressão de ter que ser sempre melhor, sem ter que fazer esse enfrentamento diário ao racismo é um grande privilégio que indivíduos brancos precisam estar cientes. Precisamos, de alguma forma, discutir sobre isso nas nossas escolas. Ribeiro (2019, p. 23) afirma que “o início da vida escolar foi [...] o divisor de águas: por volta dos seis anos entendo que ser negra era um problema para a sociedade”. Já ouvimos e lemos diversas pessoas negras afirmarem ser, na escola, onde elas vão se perceber negras, onde elas vão perceber essa pertença étnico-racial. Mas, e as brancas e brancos, quando percebem sua branquitude enquanto identidade étnico-racial? “Um dos temas mais debatidos nos estudos sobre a branquitude é justamente o seu caráter de invisibilidade social, que contribui para que ela se defina historicamente como a norma social, a normalidade, da qual outros divergiam” (Corossacz, 2017, p. 200). A autora ressalta que o branco é a cor que não quer ser nomeada. Porém, ao mesmo tempo, insiste em demarcar o que lhe é diferente:

¹⁰ Por questões éticas as colaboradoras receberam nomes fictícios.

Esse lugar de ser branco, eu não sei se as pessoas não o percebem, eu acho que ele é percebido tão cedo, mas tão cedo, que talvez as pessoas esqueçam dele. Talvez ele se naturalize muito rápido, porque eu percebo, nas crianças que eu atendo (no SOE), isso muito claro. Muito novas elas percebem que tem um lugar diferenciado e elas começam a testar esse jogo de poder, elas começam a diminuir as outras porque perceberam que têm essa possibilidade. Elas se sentem hierarquicamente superiores e se sentem autorizadas a falar e a dizer coisas; esse local é bem perceptível, mas se naturaliza de uma forma que as pessoas acabam esquecendo e acabam se sentindo o tudo. Mas existe esse momento específico, sim; eu penso muito sobre isso com as crianças, quando a gente recebe as crianças brancas que praticam violência racial com as outras. Tem um caso que eu conto muito, que é uma discussão que a gente teve no SOE. Entraram duas meninas negras e uma tinha ofendido a outra, era uma questão sobre o cabelo, e a nossa colega da orientação que atendeu. Eu disse pra ela: “fulana, quando tu recebes duas meninas negras, duas crianças negras com questão sobre violência racial, tu tens duas vítimas, tu tens que atender sabendo que tu tens duas vítimas”. Ela ouviu aquilo, mas a branquitude dela não conseguiu compreender exatamente o que eu tinha falado. No outro dia, ela recebeu uma menina negra e uma menina branca com a mesma questão; uma questão sobre o cabelo novamente, uma sofrendo violência pela outra, e ela, ao terminar de atender, me disse: “ah, a gente tem duas vítimas de novo”. Eu olhei pra ela e disse: “não, a gente não tem duas vítimas, agora a gente tem uma vítima e outra menina que entendeu seu lugar na sociedade e está começando a testar as possibilidades que ela tem, já que ela tem essa diferenciação hierárquica, ela pode se colocar como superior que a outra, então ela está começando a testar isso” (trecho entrevista professora Janaina, 11/11/2019).

Podemos não nomear a branquitude enquanto pertencimento étnico-racial, podemos não ter estudos suficientes sobre esse tema ainda, mas, de uma forma ou de outra, podemos supor, segundo nossas observações nos locais de trabalho, que se opera com esse local de privilégio, com essa posição de identidade tida como a norma, e não um desviante. “Ao tornar-se invisível, a branquitude tende a se apresentar como o estado normal e universal do ser, o padrão pelo qual tudo é medido e a forma com a qual os desvios são avaliados” (Laborne, 2017, p. 95). Esse local de normalidade coloca professoras/es brancas/os hierarquicamente superiores perante aqueles e aquelas não brancas/os. “A branquitude também é um traço identitário, porém marcado por privilégios construídos a partir da opressão de outros grupos (Ribeiro, 2019, p. 33). Autores como Miranda (2017) também questionam, o fato das pessoas brancas não se enxergarem enquanto identidade. Segundo o autor, branco não se enxergar como grupo racial

é diferente de o branco não se enxergar como privilegiado. São aspectos interligados, porém distintos” (Miranda, 2017, p. 54). Mais do que perceber esse lugar de privilégio, precisamos estar dispostos a assumi-lo e a combatê-lo. Como já dissemos anteriormente, essa não é uma tarefa fácil, porém precisa ser feita se queremos construir um mundo melhor. Esse é um exercício que “envolve uma revisão crítica profunda de nossa percepção de si e do mundo. Implica perceber que, mesmo quem busca ativamente a consciência racial, já compactuou com violências contra grupos oprimidos” (Ribeiro, 2019, p. 8). Isso não significa que pessoas brancas tenham que se sentir culpadas pelo racismo estrutural, principalmente porque a culpa imobiliza e precisamos de ações, mas que precisam assumir a responsabilidade e agir em prol do combate a essas violências. Segundo Ribeiro (2019, p. 25), ainda que uma pessoa branca tenha atributos morais positivos – por exemplo, que seja gentil com pessoas negras –, ela não só se beneficia da estrutura racista como, muitas vezes, mesmo sem perceber, compactua com a violência racial”. Por isso, pensamos que a vigilância tem que ser constante, é necessário estar em permanente diálogo com os outros e refletir constantemente sobre onde estão os privilégios e como se pode renunciar a eles:

Na escola sempre reflito muito como abordar essas questões com alunas e com alunos, como eu, enquanto professora branca, posso fomentar essa discussão a partir do meu lugar de fala. Porém, se engajar na luta antirracista e romper com o silenciamento que normalmente envolve as questões raciais na escola também pressupõe saber abrir mão do protagonismo e entender nosso lugar de fala. Muitas vezes acabamos, mais uma vez, tomando a frente quando deveríamos estar “ao lado”, escutando e aprendendo mais do que falando (Bins, 2020, p. 161).

A branquitude desse país tem uma dificuldade grande de abrir mão desse protagonismo que foi construído em todos os aspectos, inclusive as pessoas que discutem esse fenômeno, tanto de modo teórico, quanto atuando na prática pedagógica, têm muito essa necessidade de, mesmo que estejam falando de um lugar que não é delas, não se distanciarem do protagonismo. Isso é quase como um golpe, é como se criassem uma nova maneira de se manter dentro da questão e manter a dominância, se apropriar daquele tema e ainda manter a dominância. Não que pessoas brancas não possam e não devam falar sobre o assunto, acreditamos que é uma

questão que todas as pessoas devam refletir e falar sobre, mas também temos que saber como garantir o protagonismo a quem é de direito. Carreira (2018) atenta para a necessidade da branquitude não silenciar e assumir um posicionamento de combate ao racismo, mas sem reproduzir os padrões de subalternidade que estamos acostumados em uma sociedade racista. Segundo a autora,

[...] os corpos brancos na luta antirracista importam – como sujeitos e parceiros políticos dessa construção protagonizada historicamente por aquelas e aqueles que sofrem as consequências do racismo – mas nunca como expropriadores dessa luta, nunca para desqualificar, invisibilizar e negar o protagonismo desses sujeitos, reafirmando as armadilhas e lugares de poder da branquitude acrítica. Por outro lado, como outra armadilha da branquitude, não se pode cair no lugar confortável, passivo e acomodado, protegido dos conflitos, de que somente os sujeitos negros e indígenas tem o que dizer sobre como enfrentar o racismo (Carreira, 2018, p. 135).

Cardoso (2018) identifica dois tipos distintos de branquitude. Uma branquitude acrítica e uma branquitude crítica. “A branquitude acrítica diz respeito ao branco que não possui crítica em relação ao racismo. Ele realmente não tem consideração para com o outro, que para ele poderia nem existir, e aqueles que existem devem se subordinar a ele” (Cardoso, 2017, p. 38); enquanto a “branquitude crítica é aquela pertencente ao indivíduo ou grupo de brancos que desaprovam ‘publicamente’ o racismo” (Cardoso, 2017, p. 33).

Porém, não basta sermos uma branquitude crítica, temos que avançar para o que Carreira (2018) denomina de branquitude antirracista. A autora nos apresenta questionamentos como: “qual o lugar das ativistas e dos ativistas brancos em uma luta contra o racismo? Como avançar de uma branquitude crítica para uma branquitude antirracista?” (Carreira, 2018, p. 133):

Nessa perspectiva, ser sujeito branco antirracista passa por se colocar disponível para reconhecer e se construir nessa interdependência; enfrentar o desconforto das conversas sobre o racismo e refletir criticamente como a branquitude se constrói em nossa história de vida, nas nossas relações, nas nossas práticas sociais, nas nossas instituições. Reconhecer que fomos educadas e educados para não nos reconhecermos como pessoas brancas, mas como seres humanos que representam a universalidade humana descorporificada, o padrão, a norma como lugar de poder (Carreira, 2018, p. 134).

Agir de acordo com uma branquitude crítica e antirracista impõe a professoras/es brancas usar dos seus lugares de fala de privilégio para discutir essas questões onde as/os colegas negras e indígenas não seriam ouvidas. É muito importante e, muitas vezes, mais fácil uma pessoa branca conseguir ser ouvida dentro da branquitude, dentro do seu meio, dentro dos seus. É muito mais útil que esse discurso possa entrar e educar as pessoas brancas, essas pessoas precisam ser educadas, o mundo não é feito para as/os negras, não é feito por elas/es, é feito por pessoas brancas, então, quem precisa reconhecer isso e aprender a conviver melhor com essa diferença são essas pessoas, e quem tem maior acesso a essas pessoas são justamente as pessoas brancas.

Falar sobre as questões raciais, seja na escola ou em qualquer outro lugar, muitas vezes incomoda (ou desacomoda) os outros. Esse é um assunto que, muitas vezes, as pessoas brancas não gostam de falar. Carreira (2018), em diálogo com a educadora branca estadunidense Robin Diangelo, aborda essa questão como uma fragilidade branca. Segundo a autora essa fragilidade emocional branca é gerada pela dificuldade de se confrontarem com o debate sobre o racismo,

[...] decorre do fato de a grande maioria das pessoas brancas crescerem em ambientes segregados do contato com outros grupos raciais e, em especial, protegidos da experiência do estresse gerado pelo racismo, algo perversamente presente ao longo da trajetória de vida de pessoas negras, indígenas e de outros grupos racialmente discriminados (Carreira, 2018, p. 129).

Diante dessas situações de fragilidade emocional, as pessoas brancas tendem a agir com raiva, medo e até culpa. “Dessa forma, a fragilidade branca se caracterizaria como um estado em que, até mesmo, uma quantidade mínima de estresse racial se tornaria intolerável, desencadeando uma série de movimentos defensivos” (Carreira, 2018, p. 129). Isso é bem visível em nosso trabalho na escola quando, em momentos de reunião ou simples conversas na sala dos professores, alguém toca no assunto do racismo ou quer discutir questões étnico-raciais; vemos muitos rostos se retorcendo, olhos revirando, indiferenças e/ou pessoas saltarem com discursos defensivos, muitas vezes, bem agressivos:

[...] um discurso que era muito comum na escola e era um discurso que fazia parte da equipe mesmo, é que essas questões raciais, a gente, se ficasse falando muito disso, acabava levantando agressividade nas pessoas, as pessoas ficavam agressivas se tu tocassem muito nesse assunto. Então, era meio que varrido para debaixo do tapete com essa desculpa de vamos falar só sobre coisas que trazem reações amenas, não vamos exaltar os ânimos [...]. (Entrevista realizada em 11/11/2019, professora Janaina).

Dessa forma, não enfrentaremos nunca essa fragilidade branca e não haverá avanços em direção a uma educação antirracista. Portanto, temos que buscar estratégias para combater essa lógica.

2. RETRATOS DA ESCOLA: O QUE PENSAM AS PROFESSORAS E OS PROFESSORES SOBRE BRANQUITUDE?

Nessa parte do texto apresentamos algumas análises das respostas dos questionários realizado com os e as docentes. O questionário foi elaborado com três perguntas, sendo a primeira: se as professoras/es conheciam o termo branquitude. De acordo com a resposta à essa pergunta, o formulário era direcionado a outras duas questões. Nessas próximas questões pedíamos que as/os professoras/es conceituassem o termo (ou no caso dos que afirmaram não conhecer, escrevessem ao que elas/es achavam que poderia se relacionar o termo) e como esse termo se relaciona com a escola. Obtivemos, como mencionamos anteriormente, 65% de retorno dos questionários enviados aos colegas da escola. Essas respostas vieram de professoras/es de todos os ciclos¹¹ e da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Dentre as/os professoras/es que responderam ao questionário 81,1% se autodeclararam brancas/os, 13,2% se autodeclararam negras/os, 3,8% se autodeclararam pardas/os e 1 pessoa (1,9%) respondeu que não declara sua raça/cor.

¹¹ As escolas Municipais de Porto Alegre são organizadas em três ciclos de formação. O primeiro ciclo (ciclo A) do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental; o segundo ciclo (ciclo B) do 4º ao 6º ano e o terceiro ciclo (ciclo C) do 7º ao 9º ano.

O tempo de trabalho na escola das/os professoras/es que responderam é bem variado, de professores com 1 ano de trabalho na escola à professores com 21 anos de escola. Questionados sobre se já tinham ouvido falar no termo branquitude, 84,9% das/os colegas responderam que sim, enquanto 15,1% responderam não ter ouvido falar nesse termo. Os estudos sobre branquitude são estudos recentes¹², mas através das respostas dos questionários percebemos que, de alguma forma, eles têm ganhado visibilidade e esse termo passou a ser conhecido, mesmo que nem sempre com profundidade, pelas professoras/es da escola.

Nesse artigo vamos analisar as respostas das/os professoras/es que afirmaram já ter ouvido falar e conhecem o termo branquitude. Ao analisarmos as respostas das/os colegas de como eles conceituavam esse termo, dividimos as respostas em 5 categorias por aproximação das respostas. A primeira categoria denominamos de “privilégio”. Das 45 respostas que afirmaram já ter ouvido falar no termo branquitude, 26, mais da metade do corpo docente participante, falam de privilégios, 18 delas usando diretamente a palavra privilégio e nas outras 8 respostas, essa noção de privilégio estava implícita na resposta. As professoras/es ao conceituar branquitude afirmam ser:

“[...] um privilégio inato que já vem com a pessoa, simplesmente por ela ser branca ela já faz parte de um grupo que não tem a mesma visualização social perante um negro/indígena”

“[...] Branquitude possui relação com os privilégios da raça branca de modo que essas pessoas possuem mais acesso à educação e a cargos de trabalho”

“É a posição de privilégios estabelecida e perpetuada socialmente a pessoas de cor branca”

“A gente não costuma ouvir muito esse termo, ele vem velado de algo "natural". Acredito que a branquitude tenha a ver com todos os privilégios brancos que estão presentes no dia a dia. Os brancos sempre são os primeiros beneficiados em todas as formas de política e movimentos. Há uma posição de poder e de status nesse privilégio. O homem branco ocupa posições de poder e privilégios e acredita que isso é natural, advindo do seu esforço, sem perceber que essa naturalidade precisa ser desconstruída pois há privilégio histórico

¹² Os EUA pioneiros dos “estudos críticos sobre branquitude” (critical whiteness studies) iniciam esses estudos na década de 1990.

entranhado. O grupo de brancos, em geral se beneficia do racismo, mas ele não clama pela identidade branca. Desde a história contada pelo lado do opressor, eurocêntrico, a antropologia, a moda, os padrões de beleza, os atores predominantemente vistos na tv...”

“[...] refere-se a predominância da valorização da cultura branca”

“[...] coloca a raça branca em supremacia em relação às outras”

Nossas colaboradoras, colegas de magistério, percebem que o fato de serem identificadas como brancas sugerem a elas certos privilégios na relação com outras colegas da escola e, ao mesmo tempo, o reconhecimento da importância do lugar de fala. Elas entendem que ser branca é um privilégio social que resulta em privilégios quanto a ser escutada ou não na escola. O que condiz com os argumentos já expostos sobre o lugar privilegiado do branco na sociedade contemporânea.

A segunda categoria que identificamos nas respostas foi a de branquitude como “identidade branca”. Nessa categoria encontramos 10 respostas. Entre elas:

24

“Pessoas de cor branca e tudo o que está relacionado à elas, como cor de olhos, cabelo, traços faciais”

“Como uma construção de identidade branca”

“Significa identidade racial branca”

Essas respostas relacionam o termo ao fenótipo branco, porém não destacam a posição de privilégio que esse fenótipo carrega. Essas/es professoras/es ainda desconhecem que branquitude “é muito mais do que simplesmente significar sinônimo de pessoas brancas. Desta forma, a branquitude é um sistema de dominação que sustenta nossa sociedade e que produz um projeto de país, pautado pelo racismo por omissão” (Battistelli; De Paula, 2022, p. 57).

A terceira categoria aglutina duas respostas, que dizem não conhecer o termo ou nunca o ter estudado, apenas terem ouvido falar e que não seriam capazes de definir uma conceituação.

Duas respostas classificaram branquitude como uma atitude racista que tenta diminuir a pessoa branca.

“Considero um termo racista. Uma forma de acusar alguém de algo por causa de sua cor”

“Teoria racista que espera dividir as pessoas com uma insinuação de que todos os brancos são racistas ou que são defensores de uma supremacia de cor branca de modo generalizado onde em geral acusam ao trabalhador branco bem-sucedido de 'privilegiado' ”

Essas respostas podem identificar a dificuldade das pessoas brancas de se verem enquanto identidade racial. Ao se colocar como ser universal, a branquitude foge de olhar para seus possíveis erros e falhas. Segundo Cardoso (2014, p. 145): “o branco não é ensinado a questionar os seus privilégios raciais, isto não lhe é óbvio”. A partir disso, quando confrontadas com um termo que apontaria para esses privilégios, as/os colegas respondem de forma defensiva. A escola com seu currículo eurocentrado reforça a ideia da universalidade da branquitude e evita que se questione esse ideal.

O espaço escolar também se coloca como um lugar para glorificação do branco, ocultamento de possíveis “falhas”, sacramentando-o como pessoa e grupo referencial. Enfim, a escola acaba por ensinar o branco não se enxergar. Muito menos, imaginá-lo como de vilão de qualquer narrativa histórica, mesmo da colonização (Cleaver, 1971). Por que pensar em si? Autocriticar-se? Permitir ser analisado pelos Outros? Se o branco somente pela razão de ser “o que é” “encontra-se com a vida ganha” (Cardoso, 2014, p. 146) [grifo do autor].

Por último, reunimos as respostas que falam de branquitude relacionando-a com opressão, com o processo de branqueamento e a imposição do branco como padrão de normalidade e uma desvalorização da diversidade e da cultura não branca. Nessa categoria reunimos 4 respostas. É possível pensar que essas respostas possam ser enquadradas na primeira categoria de privilégio, mas optamos por gerar uma nova categoria, pois essas respostas apresentaram novas perspectivas sobre essa noção.

“Como um conjunto de comportamentos e ações, conscientes ou não, que visam “branquear” a sociedade, em detrimento da cultura negra”

“É a análise do racismo do ponto de vista do opressor e não do oprimido”

As respostas ao questionário nos fizeram refletir e nos questionar: se, conforme o que foi dito pelas colaboradoras de nosso estudo, as pessoas reconhecem que branquitude seja uma posição de privilégio, que gera desigualdades e discriminações, por que muitas ainda não lutam contra essa noção? Por que não vemos mais ações antirracistas acontecendo de forma efetiva dentro da escola e na sociedade em geral?

Precisamos pensar o enfrentamento do racismo nessa nova conjuntura que estamos vivendo. Por muito tempo achamos que precisávamos educar as pessoas para desconstruir o racismo, mas com essa nova forma tão violenta que o racismo tem se apresentado e toda essa nova conjuntura de retrocessos que nos está sendo imposta, tem nos revelado uma nova questão: não é que as pessoas não entendam ou não saibam o que é o racismo e as condições de privilégio que a branquitude detêm, elas simplesmente estão confortáveis nas suas situações. É impactante perceber que não se trata de as pessoas não saberem e não compreenderem que exista o racismo e essa posição de privilégio da branquitude, mas sim, que simplesmente as pessoas estão no seu lugar de conforto. “O branco não é apenas favorecido nessa estrutura racializada, mas é também produtor ativo dessa estrutura, por meio dos mecanismos mais diretos de discriminação e da produção de um discurso que propaga a democracia racial e o branqueamento” (Schucman, 2020, p. 29). Romper com esse local de favorecimento e de produção desse racismo estrutural é uma urgência.

Analisando as respostas do questionário, percebemos que quando pedimos as professoras e professores para fazerem uma relação entre o conceito de branquitude e a sua relação com a escola algumas respostas ficaram menos embasadas e ainda longe de relações concretas. Assim, parece que, “na teoria a prática é outra”. Ou seja, na teoria o conceito de branquitude é compreendido. Porém, esse vínculo com a escola não aparenta a mesma compreensão, talvez, por ser um termo não ainda não muito debatido na escola, nem todas as professoras e professores conseguiram estabelecer relações e identificar as características da branquitude nesta.

A terceira pergunta do questionário, era qual a relação entre o termo branquitude e a escola. Para aprofundar a análise, dividimos as respostas dessa questão em 5 categorias, assim

como na pergunta anterior. Sendo que algumas das respostas poderiam se encaixar em mais de uma categoria.

Treze respostas foram classificadas dentro da categoria “PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E A ESCOLA ENALTECEM A BRANQUITUDE”. Nessa categoria as respostas apresentam a escola como um modelo da sociedade, onde o branco e sua cultura são vivenciados como o padrão de normalidade.

“A instituição escola enaltece e estabelece a branquitude como o modelo da sociedade. Esse conceito aparece o tempo todo, desde as atividades da educação infantil até a Universidade. É como se só existissem brancos, só eles se destacassem, só eles gerassem riqueza e também consumissem. É tudo muito velado, mas ao mesmo tempo torna-se muito explícito, quando problematizamos com as perguntas adequadas. Nosso vocabulário é impregnado de expressões que mostram o quanto a branquitude é "superior". A gente leva muito tempo para se dar conta e mais tempo ainda tentando desconstruir algo que está enraizado”

27

Essas respostas vão ao encontro do que Munanga (1996) alerta sobre os mecanismos que mantêm e propagam a ideologia dominante, configurando o currículo eurocêntrico vigente nas escolas como o produto final desse processo de seletividade que compõem esses mecanismos.

A segunda categoria que elencamos denominamos: ESCOLA ESPAÇO PARA DESCONSTRUÇÃO DA LÓGICA DA BRANQUITUDE. Nela situamos treze respostas que abordam a possibilidade da escola se constituir como um espaço de resistência e de luta contra o racismo e os privilégios da branquitude. Mesmo sinalizando que esse movimento ainda é tímido e incipiente, as respostas apontam para o papel de quebrar esses paradigmas da branquitude.

“A distinção racial da sociedade é reproduzida na escola, que é um organismo vivo e social. É na escola que se desconstrói o racismo estrutural e se forma cidadãos antirracistas. Portanto,

é importante abordar a posição privilégios que pessoas brancas possuem e evidenciar as distinções raciais”

A terceira categoria evidencia respostas que afirmam que “ESCOLA E BRANQUITUDE NÃO TEM RELAÇÃO”. Nessa categoria temos apenas 4 respostas. Duas delas rejeitam essa relação alegando que a escola é majoritariamente miscigenada, uma mistura de raças e que, portanto, não teria relação com a branquitude, outra resposta afirma que esse conceito é um conceito muito teórico e mais acadêmico, assim, não teria relação com a escola. Enquanto a última resposta diz que o termo branquitude é pouco relacionado a escola, pois as questões raciais abordam negros e índios.

A quarta categoria que organizamos foi denominada “NEGAÇÃO DE PRIVILÉGIOS/MEDO DE SEREM VISTOS COMO RACISTAS” e contém duas respostas que: ou não enxergam os privilégios da branquitude no cotidiano da escola, mesmo evidenciando a diferença de número de professoras brancas e negras; ou que relaciona o conceito de branquitude a uma visão racista que coloca todas as pessoas brancas como racista.

“Posso dizer que o número de profissionais negros é muito menor em relação aos brancos, mas não vejo privilégios entre negro ou brancos, especificamente na escola, nas relações”

“Delicada, pois sendo o combate ao racismo algo importante este tipo de generalismo é em si um racismo e perigoso se não for bem trabalhado com as crianças a fim de que entendam que nem todo branco é racista ou acredita nesta pretensa branquitude”

Outras doze respostas, consideramos que não se enquadram em nenhuma das categorias acima e foram aglutinadas como “OUTRAS QUESTÕES RELATIVAS À BRANQUITUDE”. Uma delas fala da relação da escola a partir de uma perspectiva decolonial, outra diz ser um conceito a ser trabalhado e discutido em todas as disciplinas do currículo escolar, também aparecem respostas que sublinham que branquitude é um termo pouco discutido na escola e que quando abordado é de uma forma acrítica e, até certo ponto, reverberando o senso comum. Outra resposta relaciona ao acesso e permanência na escola. Uma professora afirma que a

relação entre escola e branquitude, assim como, em todos os espaços sociais demarca uma relação de poder e de privilégios.

3. BREVES CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão da branquitude e os privilégios e amordaçamentos promovidos na escola está longe de ser superada, diríamos que ainda estamos na pré-história de sua compreensão e superação de fato. Schucman (2020, p.144) pontua que: “[...] a escola, por ter uma atuação sistemática durante anos, tem um maior poder ideológico sobre os que nela permanecem e, portanto, o ensino eurocêntrico baseado na história das populações europeias, brancas e cristãs privilegia sistematicamente sujeitos brancos”. Contudo, as relações sociais e pedagógicas que se estabelecem na escola, no dia-dia da sala de aula, podem contribuir significativamente para certa equalização das relações étnico-raciais, tanto em seu interior, quanto o espraiamento de seus efeitos no contexto social mais amplo.

Acreditamos que a ampliação dos campos de luta antirracista é indispensável, o encampamento dessa luta por outros campos da sociedade, como o que tem acontecido com personalidades esportivas e da vida cultural pelo mundo¹³, evidencia como é importante esse comprometimento de toda a sociedade. Percebemos que só a educação não dá conta dessa luta, mas sem ela o desafio é ainda maior (um dos ensinamentos que salta os olhos na extensa obra de Paulo Freire). Já fomos ingênuas por acreditar que apenas a educação escolarizada teria poder pra desconstruir o racismo e as desigualdades geradas por ele, entretanto diante das dificuldades das docentes, dos docentes e das pessoas em geral, o quanto eles e elas se sentem paralisados e paralisadas, imóveis, sendo privilegiados e privilegiadas e estando conscientes dos seus privilégios, mas, ainda assim, desmotivados e desmotivadas a fazer qualquer coisa a respeito, acreditamos que toda a sociedade precisaria intervir e educar-se para superar as assimetrias das relações étnico-raciais em geral.

¹³ Como no caso dos jogadores de basquete da NBA, do piloto Lewis Hamilton e alguns jogadores de futebol que se pronunciaram publicamente contra o racismo e tem feito campanhas para combatê-lo.

Por fim, entendemos que os tímidos esforços de superação das desigualdades e dos preconceitos étnico-raciais precisam ultrapassar o muro da escola, tanto de dentro para a fora, quanto de fora para dentro.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Ideología y Aparatos Ideológicos del Estado**. En: L. Althusser. Posiciones. Barcelona: Anagrama, 1977.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **La Reproducción**: Elementos para una teoría del sistema de enseñanza. Barcelona: Laia, 1976.

BOWLES, Samuel; GINTIS, Herbert. **La instrucción escolar en la América capitalista**. Madrid: Siglo XXI, 1985.

CARDOSO, Lourenço. A branquitude acrítica revisitada e as críticas. In: MULLER, Tania. Mara. Pedroso.; CARDOSO, Lourenço (Org.). **Branquitude** – Estudos sobre a identidade branca no Brasil. 1. ed. Curitiba: Apris, 2017.

_____. **O branco ante a rebeldia do desejo**: um estudo sobre a branquitude no Brasil. Tese Doutorado em Ciências Sociais pela Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho Campus de Araraquara, Araraquara, 2014.

CARREIRA, Denise. O lugar dos sujeitos brancos na luta antirracista. **SUR Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, v. 15, n. 28, dez./2018.

COROSSACZ, Valeria Ribeiro. Nomear a branquitude. Uma pesquisa entre homens brancos no Rio de Janeiro. In: MULLER, Tania. Mara. Pedroso.; CARDOSO, Lourenço. (Org.). **Branquitude** – Estudos sobre a identidade branca no Brasil. 1. ed. Curitiba: Apris, 2017.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. **Pedagogía del Oprimido**. 21. ed. Madrid: Siglo XXI, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**: Um reencontro com a Pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. Educación y participación comunitaria. In: **Nuevas perspectivas críticas en educación**. Barcelona: Paidós, 1994, p. 83-96.

GIROUX, Henri A. **Los Profesores como Intelectuales**: Hacia una pedagogía crítica de aprendizaje. Barcelona: Paidós, 1990.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública**: A pedagogia crítico-social dos conteúdos. 3. ed.). São Paulo: Loyola, 1986.

MULLER, Tania Mara; CARDOSO, Lourenço. **Branquitude**: estudos sobre a identidade branca no Brasil. 1. ed. Curitiba: Appris, 2017.

MUNANGA, Kabengele. O anti-racismo no Brasil. In: **Estratégias e políticas de combate à discriminação racial**. São Paulo: Edusp/Estação Ciência, 1996.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
SAVIANI, Demerval. *Educação: Do senso comum à consciência filosófica*. 9. ed.) São Paulo: Cortez, 1989.

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia**. Teoria da Educação, Curvatura da vara, Onze teses sobre educação e política. 12. ed. São Paulo: Cortez/Editores Associados, 1986.

SHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o Encardido, o Branco e o Branquíssimo**: Branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo. São Paulo: Veneta, 2020.

THIOLLENT, Michel. **Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete operária**. São Paulo: Polis, 1987.

Submetido: 10/09/2022

Aprovado: 02/12/2023